

... tanto dá até que fura

Francisco Frazão

notas de João Martins Pereira

Perguntaram-me se queria escrever sobre um jornal de que já ninguém se lembra, chamava-se *Gazeta da Semana* e existiu durante nove meses. Depois vim a descobrir que tinha todos os números em casa, encadernados: têm as folhas amarelas. Ao virar as páginas destes jornais, eu que nasci ano e meio depois do fim da *Gazeta*, não posso ignorar a distância que me separa de 1976 nem esconder a estranheza perante um jornalismo radicalmente diferente do que hoje se faz e se lê.

1976, portanto: período “pós-revolucionário”, de refluxo, da “consolidação da democracia”; ano em que se aprova a Constituição, há eleições (I Governo Constitucional, PS; Eanes ganha a Presidência). Contra a maré, um grupo de “profissionais e não profissionais” junta-se para “informar, dar a palavra, discutir uma alternativa revolucionária ao capitalismo e ao fascismo” (do manifesto publicado no nº 1). Até no funcionamento interno do jornal se marca a diferença, as decisões são tomadas em conjunto pelo colectivo da redacção, o director (João Martins Pereira) e

o director-adjunto (Jorge Almeida Fernandes) são interinos (diz o dicionário para *interino*: “provisório, passageiro, temporário”) do primeiro ao último número. Nomes de colaboradores que reconheço: Adelino Gomes, Joaquim Furtado, Fernando Belo, Manuel António Pina, Nuno Bragança.¹ O programa é claro, o campo está escolhido. Imprensa empenhada mas apartidária, não se refugiando atrás de uma “objectividade” que (ontem e hoje) os grupos económicos sustentam. A *Gazeta da Semana* sai, improvavelmente, a 1 de Abril. Improvavelmente porque um projecto destes, hoje, não parece concretizável (e na altura?, já quatro meses passados sobre o 25 de Novembro...).

[Alívio de quem já começa a ficar preocupado: devia ser uma publicação intelectualóide, de soixante-huitards que perderam

1 Podia citar mais alguns, muitos mais, que foram colaboradores regulares e empenhados. Mas não. Refiro apenas um, porque acho que há coisas que têm de ser ditas, e esta é boa altura: o José António Salvador, que pertencia à redacção e foi dos que mais tempo terá dedicado ao jornal, sendo mesmo uma das suas penas mais “revolucionárias”. Lembro-me de o ter encontrado muitos anos depois, tinha sido contratado pela SIC na primeira leva, ainda ninguém sonhava o que a SIC iria ser. Pois o Salvador, cujo nome pouco veio a aparecer nos ecrãs, acabou um belo dia a entrevistar (junto com o Rangel) um ex-PIDE a quem tratou por “Sr Inspector”, e nem sequer pestanejou quando o homem declarou que se comia lagosta nas prisões da PIDE! Isto perante uns contrafeitos verbos de encher que ali estiveram para dar ares de “mesa-redonda”... Poucas vezes vi em televisão coisa mais abjecta. Doeu-me muito, pela *Gazeta*. Foi como se a tivessem irremediavelmente manchado.

② Percebo o alívio, porque a "Gazeta" não era de facto isso, mas seria exagerado dizer que o "espírito soixante-huitard" não andou por lá também. Não é por acaso que, uns anos depois, o Jorge Silva Melo, ao explicar em entrevista os problemas que teve com o filme *Conversa Acabada* (do João Botelho, um gazeteiro ele-próprio), conta que quando lhe deram o papel perguntou: "querem um intelectual tipo *Gazeta*?". Tão pouco é por acaso que as salas da redacção, para além de lá se ter feito o jornal, tenham sido ao mesmo tempo lugar de encontros/desencontros, de amores/desamores, de amizades para a vida, burburinho de conversas, de ideias, de reuniões quantas vezes ao rubro, como as de cada vez que o jornal esteve por um fio. Vi uma vez, à entrada da redacção do *Libération* (o desses tempos, não o de hoje) um placard onde cada um podia atestar "já ter feito amor na redacção". Dessa não nos lembrámos... A última página do jornal (como bem observa o autor do artigo mais adiante) terá sido a expressão de que não queríamos tabus, como são (eram) geralmente vistas pela esquerda partidária as "questões de vida" ou de "quotidiano", onde se incluem obviamente as "formas de linguagem". Numa palavra, achávamos que tudo isso era política, e sobretudo não queríamos tomar-nos "respeitáveis".

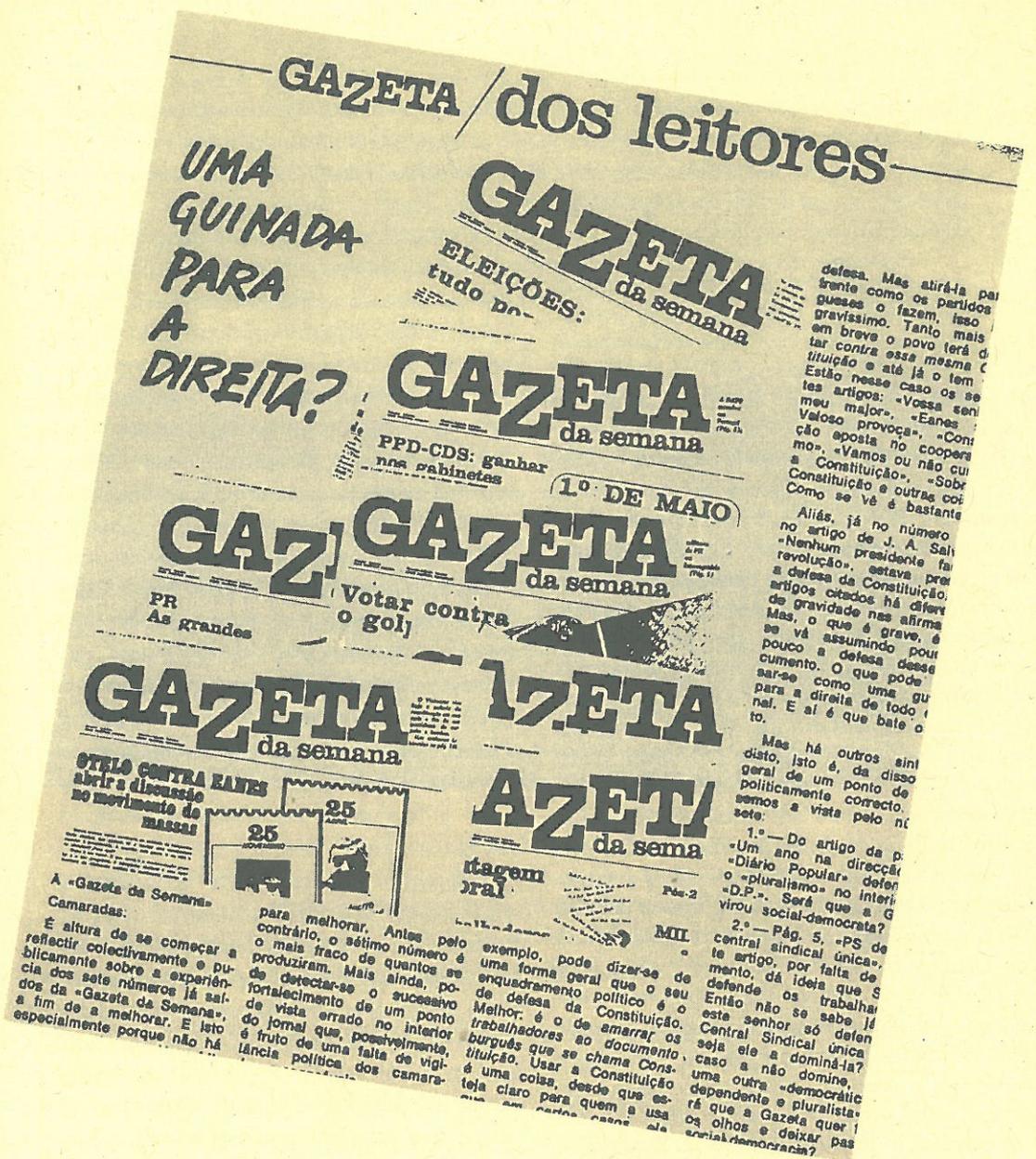
③ Não sei de onde vem o número, mas se lá temos chegado, a *Gazeta* teria durado uns bons meses mais. Na verdade, aproximámo-nos dos 20 mil só no primeiro número. Nos restantes julgo que a média de vendas não terá sido acima dos 10-12 mil. A distribuição comercial, que era vital para a sobrevivência (a militante, por muito importante politicamente que fosse, e era, não poderia ter essa função) nunca funcionou convenientemente, e custava-nos os olhos da cara. A *Gazeta* não chegava a muitos lados, e onde chegava ficava escondida por trás das revistas e jornais de grande público, sem se dar por ela. E como não houve dinheiro para grandes campanhas de lançamento e de divulgação...

o comboio, meia dúzia de jornais para lerem uns aos outros nas noites de Inverno.]² Mas a *Gazeta* chegou a vender uns nada desprezíveis 25 mil exemplares,³ era distribuída em todo o país, destinava-se "à classe operária, aos militantes camponeses, aos intelectuais e técnicos progressistas, aos trabalhadores dos serviços e aos estudantes". [Num sintagma, quatro palavras fora de moda: classe, militantes, intelectuais, progressistas.] Havia diversos grupos de apoio espalhados pelo país (Braga, Guimarães, Coimbra, Mealhada, Évora), leitores dedicados a mandarem elogios e críticas inflamadas... E isto sem estudos de mercado, parece que na altura luta de classes não era entre as primeiras letras do alfabeto sentadas em casa a ver ora a roda dos milhões ora as canções da vida delas (por acaso há um texto na *Gazeta* nº1, de Manuel António Pina, chamado "Romance da Revolução das Letras"...).

Para atingir um público tão heterogéneo há riscos que se correm. É principalmente nas notícias breves que a faceta propagandística é mais gritante (um título como exemplo: "Rapazes do C.D.S. aos tiros em Trás-os-Montes"). Não é isto, no entanto, que se critica na participada "Gazeta/ dos leitores". De forma mais aguda se coloca o problema da linguagem a utilizar de forma a que às massas populares não seja vedada a compreensão dos assuntos. Como diz Fernando Belo, "há duas linguagens na vida", a educação superior é um instrumento de poder que pode ser utilizado na exploração de classe. É por isso interessante para um leitor actual ver como se pode tornar acessível um tema complexo, fugindo simultaneamente à simplificação excessiva e ao paternalismo (e isto na era pré-SIC).

ornais para lerem
e Inverno.]² Mas
nder uns nada
plares,³ era dis-
destinava-se "à
ntes camponeses,
progressistas, aos
e aos estudantes".
palavras fora de
intelectuais, pro-
grupos de apoio
aga, Guimarães,
), leitores dedica-
e críticas infla-
dos de mercado,
de classes não era
alfabeto sentadas
os milhões ora as
acaso há um texto
el António Pina,
Revolução das

lico tão heterogé-
rem. É principal-
que a faceta pro-
e (um título como
D.S. aos tiros em
isto, no entanto,
cada "Gazeta/ dos
aguda se coloca o
utilizar de forma a
não seja vedada a
ntos. Como diz
as linguagens na
r é um instrumen-
utilizado na explo-
o interessante para
no se pode tornar
exo, fugindo simul-
ção excessiva e ao
a pré-SIC).



Neste delicado equilíbrio colocam-se os textos de Fernando Belo, normalmente na última página, quando desmontam práticas quotidianas, interdições e preconceitos (alguns títulos: "O eu da Jacinta", "Casar e não casar", "O que é um filho da puta"). De "A merda e a morte" (nº 15, 8 de Julho): "E já agora que há quem diga que eu escrevo textos feministas, poder-se-á acrescentar que a sociedade sempre mandou as mulheres à merda. Cozinhas, doenças, lixos, cuidar dos mortos, os vários lugares dos tabus, foram entregues às mulheres como sua missão específica [...] A revolução das mulheres será para acabar com isto também?"

A tal última página chamava-se "...tanto dá até que fura", e era lá que a água mole (nome da cooperativa responsável pela distribuição a partir do nº 21 e proprietária do jornal a partir do nº 27) fazia o que podia para ir mudando as mentalidades. Textos sobre a escola, a prostituição, o aborto (há vinte anos, as mesmas razões do ano passado e parece que ainda ninguém ouviu), as igualdades... A pedra dura.

④ *A Gazeta é bem capaz de deixar espantados os leitores de hoje com a sua análise "a quente" da situação de 1976: a fase pré-revolucionária não acabou, o 25 de Novembro foi apenas um episódio da recuperação burguesa, a direita (muitas vezes classificada de fascista) prepara o golpe, só o movimento popular o pode evitar. A um leitor de hoje parecer ter havido um enorme erro de avaliação. Vistas bem as coisas, penso que o erro terá estado tão-só no subestimar o imenso impacto do período pré-revolucionário (esse sim) entre Abril e Novembro, quer nas massas populares, quer nos militares. Na verdade, em 1976 o movimento popular era ainda vigoroso (basta ler a Gazeta) e os militares tinham aprendido demasiado para apoiarem um golpe de direita (a Gazeta, aliás, trata os "Nove" com alguma moderação, embora se não aperceba do seu papel politicamente decisivo na relação de forças dentro da instituição militar), e disso tudo é expressão a própria votação no Otelo, que ninguém pudera prever. Dito isto, ousa admitir que o testemunho dado pela Gazeta do que "ia pelo país" durante o ano de 76 será mesmo um contributo assinalável para se compreender porque é que não havia condições para um golpe de direita — e não voltou a havê-las. A burguesia democratizante já começava a vislumbrar que o seu melhor interesse e proveito estava na Europa, e não se enganou. A "normalização" estava a caminho, mas a passo lento. Basta recordar que passaram mais de 10 anos para que se comesse a falar em privatizações ou para que se retirassem da Constituição o "socialismo" e a "sociedade sem classes". No fim de contas voltámos onde estivemos sempre: o adversário é o capitalismo, hoje na versão de "neoliberalismo global".*

1976, já se disse, foi ano de eleições. Se para as legislativas a *Gazeta* apelou ao voto nos partidos da esquerda como mal menor (sem ilusões, o período é entendido como pré-revolucionário, todo o tempo precioso para a organização do movimento popular),⁴ nas presidenciais houve uma defesa entusiástica da candidatura de Otelo: seis manchetes de primeira página antes das eleições. A diferença relativamente às outras candidaturas: esta era suprapartidária e defendia o movimento popular. Como disse Otelo em entrevista de fundo, o objectivo era o de "prolongar a movimentação das massas para lá das eleições" (capa do nº 11). Ao fazer a campanha de Otelo, a *Gazeta* está a ser coerente com a perspectiva que sempre escolheu: a política não se faz só nos gabinetes, a intervenção das pessoas não se pode limitar ao voto.

É deste posicionamento que parte a principal inovação da *Gazeta* em termos jornalísticos. Ao afirmar-se como imprensa revolucionária, todos os seus textos se assumem politizados, informados por uma noção ampla do que é a política (ligada ao quotidiano, ao viver social). A preocupação constante, não dogmática, é a de discutir a tal alternativa e desmontar a ideologia já então dominante. Todas as ilações são tiradas, as motivações tornam-se transparentes.

Assim, o projecto de construção de uma central nuclear em Portugal não é reduzido a uma discussão tecnológica para cientistas em que os outros ficam à porta. A economia ("cada vez mais política", diz João Martins Pereira num dos seus artigos) não é

que a água mole
proprietária do jor-
s. Textos sobre a
passado e parece

o de eleições. Se
apelou ao voto
como mal menor
entendido como
tempo precioso
do movimento
iaís houve uma
datura de Otelos:
página antes das
ramente às outras
uprapartidária e
ular. Como disse
ndo, o objectivo
ovimentação das
' (capa do nº 11).
celo, a *Gazeta* está
ectiva que sempre
faz só nos gabi-
ssoas não se pode

nto que parte a
eta em termos jor-
como imprensa re-
os textos se assu-
os por uma noção
(ligada ao quotidi-
reocupação cons-
de discutir a tal
ideologia já então
ões são tiradas, as
transparentes.

de construção de
Portugal não é
tecnológica para
s ficam à porta. A
política", diz João
seus artigos) não é

deixada para as últimas páginas, com as cotações da bolsa: é tema de capa, de análise próxima do dia-a-dia, de conversa, de reportagem. A reforma agrária, as lutas de camponeses e operários, a situação das escolas, não são reduzidas a notícias telegráficas com o povo em pano de fundo. O mesmo para o noticiário internacional, China, Chile, Espanha, Moçambique, Timor. Procura-se sentir (e transmitir) o pulsar das forças transformadoras que, melhor ou pior, vão resistindo. E denunciar as injustiças que se vão cometendo.

Provocação suprema: a *Gazeta da Semana* recusava ter publicidade. Uma heresia justificada em vários momentos: "é uma forma de violação do leitor" (nº 9, 27 de Maio), rejeitá-la é "fugir às pressões (económicas-políticas) que se registam na generalidade das publicações em Portugal" (nº 1), porque "seria extremamente ambíguo o jornal colocar-se numa perspectiva anti-capitalista através dos seus artigos e na página ao lado anunciar que o melhor automóvel era o da multinacional FIAT; como seria bastante incómodo para os leitores saberem de todas as manobras anti-democráticas da ITT no Chile ou em Portugal e na outra página "beneficiarem" de um anúncio às máquinas Oliva ou à Robialac, empresas com capital da ITT" (nº 24, 14 de Outubro). O mesmo para o estado, para os partidos... C(l)aríssima, esta originalidade, afronta que hoje nem se discute — a publicidade sempre como "mal necessário".

As dificuldades financeiras assombram a *Gazeta* desde o início. Foram sem dúvida a causa de uma interrupção forçada — no nº 20, de 12 de Agosto, anuncia-se a suspensão da publicação durante três semanas que acabam por ser cinco — e de um fim abrupto — no nº 31, de 3 de Dezembro, ainda em 76, anuncia-se mais uma interrupção; só volta a haver um número especial, em Janeiro. Foram muitas as estratégias procuradas para ultrapassar as dificuldades, desde assinaturas de apoio (mais de 500\$) à Campanha dos 100 Escudos, que se prolongou durante várias semanas e angariou cem contos, passando por uma distribuição mais eficaz (procurava-se chegar a todo o país, aliava-se a distribuição militante à comercial); finalmente um aumento de preço (de 7\$50 para 10\$, o preço do Expresso) no nº 27. Disse-se várias vezes, bastava chegar aos 30 mil exemplares para regularizar a situação, uma pequena diferença a fazer toda a diferença.

Para quê voltar a falar da *Gazeta da Semana*? Não é por academismo, nem para fazer a história da revolução, nem por interesse sociológico, nem para puxar ao sentimento e despertar nostalgias. É para não deixar dormir a inquietação. Porque a *Gazeta* era um jornal com piada, porque serve de exemplo (moral), porque ainda há-de haver aí alguém que pegue nestas coisas para fazer alguma coisa de jeito. ●

